

ARTIGOS

A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO E DO TEMPO CURRICULAR PARA O ENSINO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DAS METODOLOGIAS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida¹

Maria Geiziane Bezerra Souza²

Priscila Maria Vieira dos Santos Magalhães³

Introdução

O presente trabalho se inscreve no campo das discussões contemporâneas acerca do currículo e das práticas de ensino do sistema de escrita alfabética (SEA), e é fruto de uma pesquisa de campo desenvolvido em uma escola pública do agreste pernambucano. Nesse sentido, tivemos como objetivo analisar as contribuições das Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa (MELP's) do curso de Pedagogia para a organização do currículo e do tempo curricular no ensino do Sistema de Escrita Alfabética no primeiro ciclo do ensino fundamental.

Partimos da compreensão de que as práticas de ensino do SEA, objeto deste estudo, consistem nas ações desenvolvidas pelos professores em sua prática docente, tendo em vista a concretização do processo de ensino. Desta feita, mediante as diversas transformações que tais práticas passaram ao longo dos tempos, a exemplo dos estudos desenvolvidos a partir da década de 1970 por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, isto é, da Teoria da Psicogênese da Escrita, passa-se a considerar a escrita como sistema notacional e não como um código.

Assim, como expõe Moraes (2005), para dominar um sistema notacional a criança precisa desenvolver representações adequadas sobre o funcionamento do mesmo, sobre suas propriedades. De tal modo, não basta que os discentes conheçam as letras que compõem o alfabeto e seus respectivos sons e formas, é necessário que passem a compreender tal sistema.

Logo, quando se considera tais práticas como decifrado e cópia, se faz com que, muitas vezes, elas apareçam desgarradas dos propósitos que lhes conferem sentido no meio social (LERNER, 2002), de modo que, tendem a se apresentar quase sempre como práticas que pouco ou nada tem contribuído com o processo significativo de apropriação e utilização da escrita.

Nessa perspectiva, considera-se que ao professor alfabetizador não é interessante assumir o papel de transmissor de conteúdo como se os estudantes nada soubessem a respeito do sistema de escrita. Tampouco contribuiria ao se distanciar nesse processo, como se a apropriação e consolidação do SEA devesse ocorrer sem sua intervenção. Entende-se que cabe-lhe assumir uma postura intermediária (SEBER, 2009), de mediador entre as crianças e o conhecimento da escrita, de modo a criar condições propícias para a aprendizagem das crianças.

Desse modo, é necessário considerar, como afirma Coutinho (2005), os alunos não se lançarão ao desafio de escrever se houver a expectativa de que produzam textos escritos de forma totalmente convencional. De tal modo, o professor também pode não contribuir se

¹ Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, Pernambuco, Brasil. E-mail: nina.ataide@gmail.com.

² Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, Pernambuco, Brasil. E-mail: geiziane16@hotmail.com.

³ Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, Pernambuco, Brasil. E-mail: priscilamagalhaesufpe@gmail.com.

maneira significativa com a aprendizagem da escrita se não permitir que as crianças escrevam livremente a fim de manifestarem suas concepções acerca da escrita, criando obstáculos para que os discentes elaborem suas hipóteses sobre o sistema notacional.

Nessa perspectiva, a prática de ensino do sistema de escrita alfabética está diretamente relacionada à organização do currículo e do tempo curricular, os quais se desenvolvem no âmbito da prática curricular, sendo estas compreendidas como um “conjunto de atividades que os sujeitos envolvidos no processo escolar desenvolvem ao conformarem e materializarem a experiência de ensinar e educar” (MOREIRA, 2001, p. 72).

Vislumbramos, assim, que as práticas de ensino do SEA se materializam mediante a organização curricular, assim, sendo esta “um dispositivo conceitual, racionalizador dos saberes escolares no quadro de um modelo institucional e organizacional da escola” (PINHO; CORREIA, 2012, p. 03), depreendemos que no âmbito da sala de aula os professores organizam o currículo de Língua Portuguesa para além daquilo que está expresso nos documentos oficiais, o que significa dizer que tais profissionais selecionam os conteúdos, os procedimentos metodológicos e avaliativos, as atividades e os recursos que melhor dialoguem com o contexto em que estão inseridas.

Além da organização curricular, as práticas de ensino do SEA são basiliadas também pelo tempo curricular, sendo este compreendido como uma situação real, concreta, regularizada, institucionalizada, com suas especificidades em que se estabelecem as relações político-pedagógicas (SÉRGIO, 2008).

Nesta direção, no que tange ao nosso percurso teórico-metodológico, os sujeitos da pesquisa foram selecionados mediante aplicação de questionários com as turmas do 1º ao 9º período do curso de Pedagogia de uma universidade pública do agreste pernambucano, e para coleta dos dados realizamos entrevista semiestruturadas e observação das práticas curriculares dos sujeitos, as quais foram tratadas a partir da Análise do Discurso na perspectiva de Orlandi (2010).

Desenvolvimento

Percebemos mediante a observação das práticas das alunas-professoras, que as MELP's contribuíram para o desenvolvimento de conhecimentos de natureza teórica para embasar a prática das professoras, de modo a subsidiar suas ações no cotidiano da sala de aula do ensino fundamental, o que pode ser evidenciado quando passam a fazer uso dos conhecimentos adquiridos para identificar as hipóteses de escrita das crianças por meio das atividades realizadas.

Nessa direção, percebemos que os referidos componentes curriculares contribuíram para que alunas-professoras assumissem a postura intermediária, defendida por Seber (2009), no ensino do sistema notacional, criando condições propícias para a aprendizagem através da compreensão das intenções de escrita.

Notamos ainda, que as alunas-professoras propunham a realização de leituras silenciosas e em voz alta e principalmente individuais, tanto nas aulas de Língua Portuguesa quanto nas aulas dos demais componentes curriculares, ensinando o SEA de forma sistemática e interdisciplinar.

Entretanto é preciso destacar que a utilização que elas fazem desses conhecimentos não corresponde a uma transposição didática direta, já que não reproduzem os conteúdos em suas aulas “tal qual” foram trabalhados nas MELP's, antes fazem as adaptações que julgam necessárias para o processo de ensino-aprendizagem.

Evidenciamos que a AP2 destaca a contribuição dos referidos componentes para uma organização curricular que contemple a contação de histórias de forma mais dinâmica, envolvendo a participação dos discentes e o trabalho com diversos gêneros textuais, o que pode ser percebido quando ela diz: “Então, o trabalho com gêneros textuais tomou outro... outra ótica

no sentido de perceber de outras formas os gêneros... muitas coisas que ele falou sobre as fábulas, os contos, a forma de incentivar o aluno a ele, continuar a história”.

Identificamos os discursos de todas as professoras fazem menção à contribuição das MELP's para a organização curricular no que se refere à identificação das necessidades da turma para a realização de um processo de ensino-aprendizagem do SEA mais significativo, isto é, em que se trabalhem conteúdos relacionados à realidade dos alunos. Exemplo disso é o discurso de AP1 quando diz: “a gente busca introduzir outras atividades que possam também ver o contexto deles, e o que a gente vê nas disciplinas de Português”. Assim, observamos que elas faziam as adaptações necessárias daquilo que se expressava no livro didático, a fim de atender as peculiaridades dos alunos.

Isto nos leva a considerar que os referidos componentes curriculares têm contribuído para que as alunas-professoras tenham um olhar mais crítico em relação o livro didático, cooperando para que não sejam apenas reprodutoras do currículo pensado para os anos iniciais do ensino fundamental expresso nesse material.

Os discursos das alunas-professoras apontam ainda a seleção e utilização de jogos e atividades inovadoras como sendo uma das contribuições das MELP's pra sua organização curricular com vista no ensino do SEA, o que pode ser evidenciado no enunciado de AP1 quando diz: “eu percebi alguns jogos, algumas atividades que não eram tão tradicionais como eu via no livro didático”.

O exposto se configura como uma contribuição relevante para a prática de ensino do sistema notacional, pois como afirma Morais (2012, p. 118) “o trabalho com palavras estáveis, como o nome próprio, e a prática de montagem e desmontagem de palavras, com o alfabeto móvel, têm se revelado boas alternativas para auxiliar as crianças a avançarem na apropriação do SEA”. De tal modo, percebemos que as MELP's têm sua importância revelada no que concerne à utilização de jogos e atividades que fujam da perspectiva tradicionalista com as quais as professoras lidavam e as quais eram veiculadas pelo livro didático.

Com vista na organização do currículo de Língua Portuguesa para o ensino da escrita, as alunas-professoras necessitam levar em conta um elemento fundamental em sua prática, qual seja o tempo curricular, uma vez que ambos encontram-se imbricados de tal modo, que no cotidiano da sala de aula um confere sentido e razão de ser ao outro, visto que ele se configura enquanto o lastro onde se desenvolve todo o trabalho docente (SANTIAGO, 1990).

A esse respeito os discursos das professoras evidenciam que as mesmas concebem a organização do tempo no que diz respeito à realização das atividades, de acordo com o tempo cronológico de cada aula, isto é, com base no tempo estabelecido pelo sistema de ensino, mas não se restringindo a ele. Nessa direção, as alunas-professoras 1 e 2 afirmam, respectivamente: “a gente recebe um cronograma do ano todo, aí vem a data, já vem a atividade e a aula que é dada em cada aula. Então, todo mundo que é do Se Liga tem que estar dentro do fluxo”; “Esse ano teve um aumento em Português e Matemática e uma diminuição das outras. Seis de Português. Seis aulas né? Cada uma assim, de cinquenta minutos”.

Percebemos que mesmo havendo uma exigência por parte do sistema de ensino no sentido de que a organização do tempo curricular se dê de maneira uniforme em todas as turmas, a fim de que todos os discentes que compõe as classes de Se liga da escola estejam aprendendo os mesmos conteúdos com base em uma situação regularizada institucionalmente, os discursos revelam que a maneira como fazem esta organização não se limita as imposições, uma vez que as MELP's contribuíram para que realizem as adaptações necessárias do tempo em sala de aula. O exposto pode ser evidenciado no enunciado de AP quando diz: “Tem sempre essa cobrança, mas quando não dá a gente faz mesmo, porque acho que uma coisa que não é levado conta dentro desse projeto é o tempo do aluno”.

Nesse sentido, apreendemos que essa adequação ocorre na medida em que elas procuram fazer a organização do tempo curricular conforme o tempo de desenvolvimento dos alunos, ou seja, tal organização passa a contemplar além das exigências do sistema, as necessidades, as peculiaridades e os ritmos de aprendizagem dos discentes em relação aos SEA.

Destarte, os enunciados das alunas-professoras evidenciam as contribuições das MELP's para a flexibilização do tempo curricular conforme as necessidades que vão se apresentando no cotidiano para o aprofundamento dos conteúdos e para a realização do trabalho interdisciplinar. Isto exige em muitos momentos que reelaboram os conhecimentos que foram vivenciados na formação, fazendo as adequações necessárias, por meio da mobilização de saberes para que possibilitassem a organização do tempo conforme seu contexto e de modo a responder as múltiplas conjunturas que vão se configurando mediante a materialização de sua prática de ensino.

Conclusões

Tendo em vista que objetivamos analisar as contribuições das Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa do curso de Pedagogia para a organização do currículo e do tempo curricular para o ensino do sistema de escrita alfabética no primeiro ciclo do ensino fundamental, os dados analisados nos levaram a depreender que tais componentes contribuem para a organização curricular que as professoras fazem para o ensino do sistema notacional, em um movimento que as leva a contemplar conteúdos que foram trabalhados no âmbito da formação. Mas isso não ocorre de maneira uniforme, pois existem elementos trabalhados nas MELP's que as mesmas não contemplam, ou que recontextualizam cotidianamente.

Já a contribuição para a organização do tempo curricular caminha no sentido de levar as alunas-professoras a tecerem tal organização de acordo com o tempo instituído pelo sistema de ensino, mas não se restringindo ao mesmo, visto que passam a considerar variáveis como o ritmo de desenvolvimento dos alunos, os quais nem sempre dialoga com o tempo oficial, haja vista as subjetividades.

Referências

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução Diana Myriam Lichtestein; Liana Di Marco; Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MORAIS, A. G. de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MOREIRA, A. F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, set./out./nov./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a07.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimento. 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PINHO, A. S. T.; CORREIA, A. C. L. As formas de institucionalização e organização do tempo escolar no ensino fundamental: tempos e ritmos em escolas com classes multisseriadas da Ilha de Maré. In: **35ª Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**, 2012.

Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT13%20Trabalhos/GT13-2264_int.pdf>. Acesso em out. 2014.

SANTIAGO, M. E. **Escola pública de 1º grau**: da compreensão à intervenção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SEBER, M. da G. **A escrita infantil**: o caminho da construção. São Paulo: Scipione, 2009.

SÉRGIO, M. C. A organização do tempo curricular na prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 3, n. 2, jun. 2008. Disponível em <<http://www.pucsp.br/ecurriculum>>. Acesso em: jan. 2015.